



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013522-31.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente: **Marítima Seguros Sa**
 Requerido: **Rogério Reis dos Anjos**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

MARÍTIMA SEGUROS S/A ajuizou a presente **AÇÃO DE REGRESSO DECORRENTE DE ACIDENTE DE VEÍCULO** em face de **ROGÉRIO REIS DOS ANJOS**, todos devidamente qualificados.

Aduziu, em suma: 1) que mantinha com a empresa Brico Bread Alimentos Ltda, seguro cobrindo danos do veículo marca VW 81120, placa CYJ 9523; 2) que o veículo segurado envolveu-se em acidente de trânsito em 22/01/11, ocasionado pelo requerido, então na condução do veículo Citroen Jumper M33M, placa CZB 8809; vinha ele pela pista de rolagem esquerda da Rodovia Anchieta, SP 150 KM 31, quando ao adentrar na pista da direita colidiu com o veículo VW 81120. Ingressou com a presente ação pleiteando o ressarcimento da quantia gasta para reparar o veículo segurado.

A inicial veio instruída com os documentos.

O requerido foi regularmente citado para audiência inaugural. Na oportunidade, apresentou defesa (fls. 50 e ss), alegando que houve a colisão porque o veículo segurado estava em alta velocidade. Diante



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

da culpa concorrente, pediu a improcedência do pleito.

Sobreveio réplica a fls. 61 e ss.

As partes foram instadas a produzir provas (fls. 78). A autora pleiteou a oitiva de testemunhas (cf. fls. 85) e o requerido não se manifestou (cf. fls. 79 e 82).

Pelo despacho de fls. 86 foi deferida prova oral e expedida carta precatória para oitiva da testemunha, Sr. Sidney do Nascimento (depoimento encartado a fls. 142/145).

Através do despacho de fls. 155, foi declarada encerrada a instrução. O réu apresentou alegações finais a fls. 161/163 e a autora a fls. 165/167.

É o relatório.

DECIDO.

Diante dos elementos de prova constantes nos autos é possível verificar que o acidente ocorreu por **culpa exclusiva do demandado**.

Então conduzindo o veículo Citroen Jumper M33M, placa CZB 8809, pela Rodovia Anchieta, sentido Sul, mais especificamente no Km 31, **o réu derivou da faixa da esquerda para a faixa da direita, “cortando” a normal trajetória do veículo VW 81120, placa CYJ 9523 que por ali passava.**

Essa confissão de culpa foi consignada no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Boletim de Ocorrência, trazido a fls. 12/20.

Outrossim, a “tese” pretensamente elidente descrita na defesa não prospera.

A alegação de que o condutor do veículo segurado dirigia em alta velocidade, além de não provada, não teria o poder de afastar a culpa do requerido pelo ocorrido.

Eventual excesso da velocidade – não provado, saliento – do veículo do autor, momentos antes do choque, **não foi a causa determinante** do evento e, portanto, é circunstância irrelevante para o desate da controvérsia.

Nesse sentido a Lição de Sérgio Cavalieri Filho:

“os nossos melhores autores, a começar por Aguiar Dias, sustentam que, enquanto a teoria da equivalência das condições predomina na esfera penal, a da causalidade adequada é a prevalecente na órbita civil. Logo, em sede de responsabilidade civil, nem todas as condições que concorrem para o resultado são equivalentes (como no caso da responsabilidade penal), mas somente aquela que foi a mais adequada a produzir concretamente o resultado. Além de se indagar se uma determinada condição concorreu concretamente para o evento, é ainda preciso apurar se, em abstrato, ela era adequada a produzir aquele efeito. Entre duas ou mais circunstâncias que concretamente concorreram para a produção do resultado, causa adequada será aquela que teve interferência decisiva” – Programa de Responsabilidade Civil, 7 ed., Editora Atlas.

No mesmo sentido:

Apelação Cível n. 0004365-45.2011.8.26.0024 –
 Apelante: BENEVIDES ANTONIO DOS SANTOS – Apelado: MARÍTIMA SEGUROS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

S/A – Comarca: ANDRADINA (2ª Vara Judicial) – Magistrado: Paulo Alexandre Rodrigues Coutinho – Voto n. 25264 – Ementa: CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – VEÍCULO QUE INICIA O CRUZAMENTO DE RODOVIA DE MODO A INTERCEPTAR A TRAJETÓRIA DO TRÂNSITO PREFERENCIAL – AUSÊNCIA DE PROVA EFETIVA DE QUE O EXCESSO DE VELOCIDADE PUDESSE SER CAUSA OU CONCAUSA DO ACIDENTE – TEORIA DA CAUSALIDADE ADEQUADA – RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA A QUEM, IMPRUDENTEMENTE, DESRESPEITA A REGRA DE PREFERÊNCIA PREVISTA NA LEI DE TRÂNSITO. 1) Ausente prova idônea corroborando a versão de excesso como causa adequada do sinistro, prevale a culpa daquele que não observa as regras de preferência estabelecidas na lei de trânsito, no caso, o desrespeito à preferência dos veículos que trafegam em rodovia com velocidade regulamentar elevada. 2) Recurso improvido

E ainda:

APELAÇÃO – AÇÃO INDENIZATÓRIA – ACIDENTE DE TRÂNSITO – Ausência de cerceamento de defesa – Prova pericial desnecessária à luz dos demais elementos probatórios – Culpa do réu, que não observou as regras de trânsito ao não respeitar a parada obrigatória e a via preferencial em que transitava o autor – Eventual excesso de velocidade do autor não alteraria o resultado do julgamento, em atenção à teoria da causalidade adequada – Danos materiais bem demonstrados pelos orçamentos acostados aos autos – Negado provimento – Apelação Civil n. 000182-74.2008.8.26.0464 – Comarca de Pompéia – Apelante: Marcelo Ferreira de Oliveira – Apelado: Helio da Silva – Voto n. 7701

A manobra desenvolvida pelo réu é claramente indicativa da imprudência, já que adentrou à faixa de rolamento paralela da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

direita, sem se certificar da possibilidade do movimento, fechando o outro inanimado, que vinha em regular marcha.

Impõe-se, destarte, o acolhimento do reclamo.

A autora busca o que já desembolsou para reparação dos danos suportados pelo veículo segurado; trouxe com a inicial a nota (fls. 29/31) discriminando o dispêndio e tal nota não foi impugnada especificamente na defesa; assim, o montante prevalecerá para fins de definição da condenação.

Mercê do exposto e pelo que mais dos autos consta **CONDENO o requerido**, ROGÉRIO REIS DOS ANJOS, a **PAGAR** à autora, MARÍTIMA SEGUROS S/A, a importância de **R\$ 16.519,34 (dezesseis mil, quinhentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos)** corrigida a partir de 05/05/2011 (fls. 29), mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

O requerido arcará também com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação. Na oportunidade, defiro-lhe os benefícios da justiça gratuita (declaração de fls. 56), devendo ser observado o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 10 de fevereiro de 2015.

MILTON COUTINHO GORDO

0013522-31.2012.8.26.0566 - lauda 5



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**